

RELATÓRIO BRASIL:

Quatro Temas Cruciais para as Eleições de 2022

ABRIL 2022



O Washington Brazil Office é uma instituição independente especializada em pensar sobre o Brasil e em apoiar ações que fortaleçam o papel da sociedade civil e das instituições dedicadas à promoção e à defesa da democracia, dos direitos humanos, das liberdades e do desenvolvimento socioeconômico e ambiental sustentáveis do país.

Equipe Executiva: Paulo Abrão Pires Junior (Diretor Executivo), Iman Musa Jadallah (Diretora de Advocacy) e Juliana de Moraes Pinheiro (Assessora Sênior).

Research Fellows: Tracy Devine Guzman, Rafael R. Ioris, Fernanda Martinelli, André Pagliarini, Fábio de Sá e Silva, Marcelo Paixão, Vânia Penha-Lopes, Cecília MacDowell Santos, David Nemer, Rubia Valente, Aline Piva e Jana Silverman.

Conselho Diretor: James N. Green (Presidente), Alexander Main, Amy Chazkel, Andrew Miller, Barbara Weinstein, Ben Cohen, Bryan McCann, Erik Sperling, Erika Robb Larkins, Gladys Mitchell-Walthour, Isabela Carvalho, Keisha Khan Y. Perry, Kendall Thomas, Sidney Chalhoub e Stanley A. Gacek.

Conselho Consultivo: Biko Rodrigues, Caetano Scannavino, Carolina Ricardo, Cassia Bechara, Daniel de Souza, Denise Dora, Dinamam Tuxá, Douglas Belchior, Izadora Brito, Jair Krishke, Joaquim Corrêa de Souza Belo, Jorge Branco, Manoel Severino Moraes de Almeida, Marcelle Decothé, Marcos Rezende, Marcia Soares, Mari Stockler, Maria Hermínia Tavares, Mariana Mota, Mariana Moreau, Marina Adams, Lucas Pedretti Lima, Luiz Dalla Costa, Renato Athias, Rogério Sottili, Paulo César Carbonari, Suelaine Carneiro, Tamara Biolo Soares, Túlio Ferreira e Victor Wolf.

Organizações Afiliadas: 342 Artes; Artigo 19; Associação Bem-Te-Vi; Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB); Associação Brasileira de Antropologia; Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI); Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT); Coletivo de Entidades Negras (CEN); Instituto Cidade Segura; Ação da Cidadania; Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social (CENDHEC); Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns; Geledés; União de Núcleos de Educação Popular para Negras/os e Classe Trabalhadora (UNEAFFRO); Greenpeace Brasil; Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Instituto Marielle Franco; Coletivo Memória, Verdade e Justiça; Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ); Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS); Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); Instituto Novos Paradigmas, Pacto pela Democracia; Instituto de Referência Negra Peregum; Projeto Saúde e Alegria; Instituto Sou da Paz; Themis: Gênero, Justiça e Direitos Humanos; e Instituto Vladimir Herzog.

Organizações Parceiras: Amazon Watch, Center for Economic and Policy Research (CEPR), Just Foreign Policy, U.S. Network for Democracy in Brazil (USNDB) e Washington Office on Latin America (WOLA).

Agradecimentos: Daniel Brindis, David Nemer, Iman Musa Jadallah, James N. Green, Paulo Abrão, Pedro Kelson, Rubia Valente, Stanley Gacek, Tracy Devine Guzmán e Vânia Penha-Lopes.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
INTRODUÇÃO	4
CAPÍTULO 1: DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS	5
1.1 – Ataques contra Instituições Democráticas e Ameaças às Eleições Brasileiras de 2022	5
1.2 – Violência contra Grupos Marginalizados	7
CAPÍTULO 2: AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS	10
2.1 – Desmatamento e Impunidade	10
2.2 – Direitos Indígenas Sob Ataque	13
CAPÍTULO 3: QUESTÕES E DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS	17
3.1 – Aumento do Desemprego e Redução de Direitos Trabalhistas	17
3.2 – Pobreza Insegurança Alimentar	19
CAPÍTULO 4: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	22

SUMÁRIO EXECUTIVO

À medida que as eleições presidenciais de outubro se aproximam no Brasil, as preocupações quanto ao respeito às normas democráticas, o futuro da Amazônia e a deterioração dos direitos humanos – entre outras questões – vêm crescendo no Brasil. A reeleição ou derrota de Bolsonaro afetará diretamente a vida dos brasileiros, mas também influenciará o futuro político de outros países da região. Este relatório se concentra em quatro temas e subtemas cruciais relacionados à atual crise política, social, ambiental e econômica que o país enfrenta, que devem receber atenção neste ano eleitoral.

1. DEMOCRACIA E DIREITOS HUMANOS (p.5)

Bolsonaro atacou consistentemente as práticas democráticas, a liberdade de expressão e os direitos humanos como presidente. O ano passado foi marcado pela consolidação da crise de direitos humanos iniciada em sua tomada de posse e seus constantes ataques às eleições devem levar os governos internacionais a apoiar a democracia no Brasil.

2. AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS (p.10)

O governo Bolsonaro radicalizou e acelerou sua agenda antiambiental antes das eleições deste ano e os direitos dos Povos Indígenas continuam sendo severamente atacados. Os resultados desta eleição definirão o futuro da Amazônia e de outros biomas cruciais para o controle dos efeitos das mudanças climáticas.

3. QUESTÕES E DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS (p.16)

As taxas de desemprego atingiram máximas históricas no último ano e a fome voltou a fazer parte da realidade de milhões de brasileiros. Em 2021, o Brasil retornou ao mapa mundial da fome, após ser retirado em 2014, e a inflação também atingiu níveis recordes. Se reeleito, a má gestão econômica de Bolsonaro continuará deteriorando milhões de vidas no Brasil.

4. O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS (p.22)

O papel da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais nos últimos anos tem sido crucial para evitar a deterioração ainda mais profunda de direitos fundamentais no Brasil. O papel deste grupo será particularmente importante neste ano na defesa de uma eleição democrática.

INTRODUÇÃO

Desde que assumiu o cargo, em 2019, o presidente Bolsonaro colocou em prática políticas que revelam as suas tendências anti-direitos, anti-ambiente e autoritárias, manifestadas publicamente desde os tempos de deputado. Em 2021, os brasileiros enfrentaram uma série de ataques à democracia, aos direitos humanos e ao meio ambiente. Consequentemente, a consolidação da crise social, política e econômica não apenas colocou a Floresta Amazônica em um ponto crítico, mas também trouxe a fome de volta ao Brasil. A gravidade dessas crises é apresentada em detalhes ao longo deste relatório.

Bolsonaro sempre falou abertamente sobre sua admiração pela Ditadura Brasileira (1964-85) e seus perpetradores. Portanto, a extensão de seu compromisso com valores e normas democráticas tem sido constantemente questionada pela sociedade civil brasileira e por especialistas políticos. Em setembro de 2021, no Dia da Independência do Brasil, Bolsonaro incentivou manifestações de caráter golpista em todo o país e mostrou ao mundo que representa uma perigosa ameaça à democracia brasileira. Desde a redemocratização do Brasil na década de 1980, as instituições democráticas nunca estiveram tão ameaçadas e uma ruptura democrática parecia iminente durante os eventos daquele dia.

O ano passado também foi marcado por avanços significativos e preocupantes na agenda antiambiental e anti-direitos humanos do governo Bolsonaro. Em várias ocasiões, o governo brasileiro tentou enfraquecer a aplicação de leis ambientais, aprovando cortes no orçamento ambiental e permitindo que o desmatamento continuasse atingindo níveis recordes. Tudo isso aconteceu enquanto Bolsonaro atacava os direitos dos Povos Indígenas e outros grupos marginalizados. Em 2021, a polícia matou no Brasil o maior número de pessoas – principalmente afrodescendentes – de qualquer ano já registrado. Os direitos de liberdade de expressão de jornalistas foram severamente prejudicados e ONGs e defensores de direitos humanos constantemente ameaçados.

O Relatório do Washington Brazil Office de 2022 traz à tona as questões sociais, econômicas e políticas mais relevantes do Brasil, destacando eventos significativos do ano passado. No processo de elaboração deste relatório, o Washington Brazil Office consultou organizações da sociedade civil e movimentos sociais no Brasil, bem como acadêmicos dos EUA e Brasil, sobre temas e informações que julgavam relevantes incluir no documento. O relatório foi escrito por grandes especialistas em cada área e elucidada como o governo dos Estados Unidos e outros atores internacionais devem continuar seu engajamento com o Brasil considerando a situação atual do país.

CAPÍTULO 1: DEMOCRACIA & DIREITOS HUMANOS

1.1 - Ataques às Instituições Democráticas e Ameaças às Eleições Brasileiras de 2022

Jair Bolsonaro iniciou seus ataques ao Sistema Eleitoral brasileiro durante as Eleições Gerais de 2018 promovendo campanhas de desinformação para instigar dúvidas sobre o sistema eletrônico de votação. Em 16 de setembro de 2018, ele postou em suas redes sociais um vídeo criticando as urnas e fazendo acusações infundadas de que poderia perder as eleições porque as máquinas eram fraudulentas. Um mês depois, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ordenou que o YouTube e o Facebook retirassem o vídeo de suas plataformas.¹

Bolsonaro contou com uma infraestrutura humana, que incluía seus filhos Flavio e Eduardo, que estavam concorrendo ao Congresso, para liderar campanhas de desinformação sobre as urnas e convencer as pessoas a questionar a integridade das eleições. Imediatamente antes do primeiro turno das eleições de 2018, um usuário do Facebook postou um vídeo falso de um eleitor tentando votar em um candidato presidencial usando a urna eletrônica e vendo a máquina mudar imediatamente seu voto para Fernando Haddad (Partido dos Trabalhadores – PT). O vídeo foi compartilhado por Flavio Bolsonaro no Twitter, que mais tarde foi compartilhado por Paul Joseph Watson, do Infowars. A conspiração de que as urnas foram fraudadas também foi tuitada por Eduardo Bolsonaro, que pediu aos eleitores que compartilhassem fotos de suas urnas para garantir a integridade eleitoral, apesar de ser ilegal gravar ou tirar fotos durante a votação.

Bolsonaro continuou com suas falsas alegações de fraude eleitoral mesmo depois de vencer as eleições gerais de 2018. Em março de 2021, em uma viagem aos Estados Unidos, Bolsonaro disse que, se não fossem as urnas fraudulentas, ele teria sido eleito no primeiro turno – mesmo que todas as pesquisas, inclusive as de boca de urna, mostrassem que um segundo turno contra o candidato presidencial Fernando Haddad (PT) era inevitável. Até agora, Bolsonaro não apresentou nenhuma evidência inquestionável ou convincente para confirmar suas alegações de que as urnas eletrônicas são fraudulentas.

Isso não o impediu de intensificar seus ataques às eleições brasileiras de 2022. No ano passado, ele começou a alegar que a única maneira de verificar se as urnas não eram fraudadas era por meio do registro em papel dos votos; e, portanto, sua próxima estratégia foi defender o voto impresso. No entanto, segundo o TSE, há três grandes desvantagens quanto ao voto impresso. A primeira é que é mais provável

¹“Facebook, YouTube Take down Bolsonaro Video over False Vaccine Claim,” *Reuters*, 26 outubro, 2021, <https://www.reuters.com/world/americas/facebook-takes-down-bolsonaro-video-over-false-vaccine-claim-2021-10-25/>.

que seja fraudado do que a votação eletrônica, já que pessoas manuseariam os papéis. A segunda é que, a cada dois anos, seria necessário montar um grande esquema logístico para garantir o transporte e armazenamento seguro dos votos de 148 milhões de eleitores brasileiros. A terceira é o risco de transformar os resultados das eleições em longas batalhas judiciais.

O ministro da Defesa, general Walter Braga Netto, ampliou as ameaças de Bolsonaro à eleição ao afirmar que não haveria eleições em 2022 se o voto impresso não fosse implementado. Ele emitiu o aviso ao lado do chefe militar do Exército, da Marinha e da Força Aérea.² Essa ameaça pressionou Arthur Lira, presidente da Câmara dos Deputados, a votar uma emenda constitucional que obrigaria o voto impresso nas eleições. Em 28 de agosto de 2021, o projeto de lei foi votado, mas não obteve apoio suficiente para ser aprovado. No dia seguinte a essa derrota, Bolsonaro indicou, mais uma vez, que pode não aceitar o resultado das eleições. Em 7 de setembro de 2021, durante a celebração do Dia da Independência, em Brasília, Bolsonaro fez questão de defender e exigir o voto impresso nas Eleições Gerais de 2022. Ele afirmou que “*não podemos aceitar um sistema eleitoral que não oferece nenhuma segurança, e não é alguém do Tribunal Superior Eleitoral que vai nos dizer que esse processo é seguro e confiável*”, em referência ao então presidente do TSE, ministro Luís Roberto Barroso.

Imediatamente antes de deixar a presidência do TSE, Barroso acusou Bolsonaro de ajudar “milícias digitais e hackers” ao vazar a íntegra de uma investigação confidencial da Polícia Federal sobre um suposto ataque cibernético à Justiça. Bolsonaro é alvo de investigação no Supremo por conta do vazamento ocorrido em agosto de 2021. Segundo Barroso, “*não há adjetivos para a atitude deliberada de facilitar ataques criminosos. O presidente da República vazou a estrutura interna da infraestrutura de TI do TSE. Tivemos que tomar várias medidas para fortalecer a segurança cibernética de nossos sistemas para nos proteger.*” A investigação mostra que Bolsonaro tentou comprometer o Sistema Eleitoral para validar seu argumento de que este é fraudado.

Além dos ataques às instituições democráticas, o Brasil também está testemunhando o aumento da perseguição a jornalistas e o cerceamento da liberdade de expressão. O país continua sendo um dos mais violentos do mundo para a prática do jornalismo. e, nos últimos anos, tem visto avançar a institucionalização desses ataques, com agentes do Estado, incluindo o próprio Presidente da República, junto com seus ministros e familiares, tornando-se as maiores ameaças ao trabalho de jornalistas e outros na mídia.

² Gabriel Stargardter and Lisandra Paraguassu, “‘No Banana Republic’: Brazil’s Politicos Guarantee 2022 Vote after Bombshell Story,” *Reuters*, 22 julho, 2021, <https://www.reuters.com/world/americas/report-brazil-defense-minister-threatened-2022-vote-sparks-uproar-2021-07-22/>.

Em resumo, Bolsonaro não está preocupado com a integridade das eleições e está tentando encontrar qualquer motivo para contestar seus resultados – antes mesmo de acontecerem. Ele está fazendo isso porque Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) recuperou seus direitos políticos e está liderando as pesquisas na corrida presidencial. Inspirando-se na retórica de Trump em 2020, Bolsonaro já disse que pode não aceitar os resultados da eleição de 2022, criando um terreno fértil para desinformação e atos extremistas. Bolsonaro está criando as condições para um ambiente eleitoral muito instável e, se ele perder, o mundo deve ter em mente o ataque de 6 de janeiro de 2021 ao Capitólio dos EUA e estar preparado para testemunhar uma versão ainda mais extrema no Brasil.

Mais do que nunca, é necessário fazer valer o compromisso da comunidade internacional com o livre fluxo de informações verdadeiras e valores democráticos. As articulações nacionais e internacionais para fortalecer a instituição da liberdade de expressão como valor fundamental e indispensável para o exercício da democracia devem ser particularmente reforçadas neste ano eleitoral. As inúmeras ameaças antidemocráticas feitas por Bolsonaro e seus aliados devem levar outras nações a priorizar o respeito às liberdades civis e às normas democráticas em suas relações diplomáticas com o Brasil.

1.2. – Agressões contra Grupos Marginalizados

É bem sabido que o candidato presidencial Jair Bolsonaro promoveu uma campanha de extrema-direita repleta de comentários misóginos, homofóbicos e racistas. Por exemplo, durante uma palestra no Clube Hebraica, no Rio de Janeiro, em abril de 2017, ele se referiu a descendentes de brasileiros escravizados que vivem em quilombos (comunidades organizadas por ex-escravos fugitivos) como se fossem gado e afirmou que eram preguiçosos e inúteis “até mesmo para a procriação.” Ele declarou que “as minorias devem se curvar à maioria” e que “não sobraria nem um centímetro” de terra quilombola ou indígena se fosse eleito.³

Em 2021, consolidou-se no Brasil a crise de direitos humanos que vinha se agravando nos últimos três anos. As políticas equivocadas e negacionistas do governo Bolsonaro em relação à pandemia da Covid-19 aumentaram as desigualdades e resultaram em um cenário de instabilidade para populações que já sofriam antes da pandemia. O Brasil ocupa atualmente o segundo lugar no mundo de pessoas que morreram de Covid-19. A negligência do governo Bolsonaro diante de seus desafios políticos não apenas prolongou a crise sanitária desencadeada pela pandemia de Covid-19, mas agravou outras condições, como insegurança alimentar e desemprego. Segundo a Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso

³ Karla Mendes and Nadia Pontes, “Indigenous Land, Culture at Stake in Brazil Election - Experts,” *Thomas Reuters Foundation*, 26 outubro, 2018, <https://www.reuters.com/article/us-brazil-election-landrights-deforestat/indigenous-land-culture-at-stake-in-brazil-election-experts-idUSKCN1No241>.

brasileiro, 120 mil mortes por Covid-19 poderiam ter sido evitadas no Brasil. Ou seja, o último ano foi marcado por milhares de mortes evitáveis por causa da pandemia, agravamento das desigualdades e da fome, aumento da evasão escolar, aumento da violência policial e desmatamento recorde, segundo dados da Anistia Internacional.

O governo federal não se comprometeu a coordenar respostas efetivas para gerenciar a pandemia e, como consequência, grupos que sofrem discriminação histórica foram afetados desproporcionalmente pela emergência sanitária, que agravou a crise econômica e social. Sem surpresa, as maiores taxas de mortalidade por Covid-19 foram entre pessoas negras e aqueles que vivem na pobreza.

Outro problema grave em 2021 foi o aumento da insegurança alimentar no país. De acordo com a Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar, a insegurança alimentar cresceu 54% desde 2018 e, em 2021, 19 milhões de pessoas, ou 9% da população, estavam em situação de insegurança alimentar grave. Paradoxalmente, as populações que tradicionalmente produzem alimentos foram as mais atingidas. Entre agricultores, quilombolas, comunidades indígenas e ribeirinhas, a fome atingiu 12% dos domicílios. A pobreza extrema, por sua vez, cresceu com a redução do auxílio emergencial e afetou mais severamente as mulheres negras – entre as afrodescendentes, 38% vivem na pobreza e 12,3% na extrema pobreza.⁴

Na educação, houve aumento das taxas de evasão escolar em 2021, associado a problemas relacionados ao ensino remoto adotado durante a pandemia, como falta de acesso à internet e equipamentos adequados. No ano passado, o Exame Nacional do Ensino Médio, utilizado para ingresso nas instituições de ensino superior, registrou o menor número de candidatos em 13 anos.⁵

Como mencionado anteriormente, a imprensa, movimentos sociais e ONGs passaram mais um ano sob constante ataque de Bolsonaro. A censura a jornalistas foi considerada principal forma de violência contra a liberdade de imprensa em 2021. No total, foram identificados 140 casos ao longo do ano, representando 32,56% dos ataques à imprensa desde 1998. Os dados foram revelados na última edição do Relatório sobre Violência Contra Jornalistas, coletado pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj). A Empresa Brasil de Comunicação (EBC), meio de comunicação público, foi o principal alvo da censura, acumulando 138 dos 140 casos registrados em 2021.

⁴Edison Veiga, "Como o Brasil Chegou Ao Atual Cenário De Fome?," *DW*, 7 fevereiro, 2022, <https://www.dw.com/pt-br/como-o-brasil-chegou-ao-atual-cen%C3%A1rio-de-fome/a-60685226..>

⁵Vinicius De Andrade, "Os Brasileiros Que a Escola Não Alcança," *DW*, 29 abril, 2021, <https://www.dw.com/pt-br/os-brasileiros-que-a-escola-n%C3%A3o-alcan%C3%A7a/a-57377231>.

Além disso, 80 pessoas transgênero foram mortas no país somente no primeiro semestre de 2021, e o número de estupros no primeiro semestre de 2021 foi 8,3% maior do que no mesmo período de 2020. Foram 666 feminicídios registrados de janeiro a junho de 2021, o maior número no período desde 2017, quando os dados começaram a ser coletados.

Populações quilombolas, ribeirinhas, indígenas e camponesas enfrentam um aumento dos conflitos rurais e da invasão de suas terras, que, entre 2019 e 2020, saltaram 102%. Só no ano passado, cerca de 13.000 km² de floresta foram derrubados na Amazônia brasileira – um recorde desde 2006. Além disso, o Brasil teve o quarto maior número de assassinatos de líderes ambientais e defensores da terra no mundo. Recentemente, Will Goiana da Silva foi morto pela polícia militar em Sergipe dentro de uma ocupação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, apesar de estar desarmado, mostrando a incapacidade das autoridades brasileiras em resolver conflitos de terra no campo e nas áreas urbanas.

Há muito Bolsonaro é membro do bloco pró-armas do Congresso. Como candidato, ele prometeu mudar a lei de controle de armas para facilitar o porte de armas de fogo por civis e alegou que assassinatos cometidos por policiais são justificados porque nem todas as vidas valem o mesmo. Segundo a Anistia Internacional, a polícia brasileira mata o maior número de pessoas no mundo; entre suas vítimas, “quase 80 por cento . . . eram negros e três em cada quatro tinham entre 15 e 29 anos.” Em 2021, o Brasil testemunhou consternado a emblemática operação policial na favela do Jacarezinho, no Rio de Janeiro, que resultou na morte de 27 moradores e um policial, e o massacre no Complexo do Salgueiro, também no Rio, em novembro, que deixou nove pessoas mortas.⁶ ⁷ Outro momento negativo na luta contra a impunidade policial foi a absolvição, em agosto, de cinco policiais acusados de matar 13 pessoas na favela Nova Brasília, no Rio de Janeiro, em 1994, segundo o relatório da Anistia Internacional.

Incidentes racistas aumentaram em todo o país. Em 2020, um professor negro foi acusado de roubo após ter pago suas compras em um supermercado em Curitiba, Paraná. Em outro incidente, funcionários de um hospital do Rio Grande do Sul acusaram falsamente um idoso negro de furto enquanto visitava sua esposa; ela morreu de ataque cardíaco como resultado. Em 19 de novembro, véspera do Dia da Consciência Negra no Brasil, um homem negro foi espancado e asfixiado até a morte por dois seguranças brancos em um supermercado no Rio Grande do Sul. Enquanto as manifestações eclodiam em todo o país, o vice-presidente Mourão negou categoricamente que tivesse algo a ver com racismo porque, segundo ele, ao contrário dos Estados Unidos, o Brasil não tem esse problema. Dois dias depois, Bolsonaro tuitou que era “daltônico” e que o assassinato não tinha nada a ver com raça. Um ano antes, Bolsonaro havia nomeado Sérgio Camargo presidente da Fundação Palmares, cujo objetivo é promover a cultura afro-

6 Brazil: Jacarezinho Massacre in Rio De Janeiro Is Reprehensible and Unjustifiable,” *Amnesty International*, 6 maio, 2021, <https://www.amnesty.org/en/latest/news/2021/05/brazil-jacarezinho-massacre-rio-de-janeiro-reprehensible-unjustifiable/>.

7 “Entidades Cobram Explicações Após Chacina No Rio,” *DW*, 23 novembro, 2021, <https://www.dw.com/pt-br/entidades-cobram-explica%C3%A7%C3%B5es-ap%C3%B3s-chacina-no-rio/a-59910421>.

brasileira. Autoproclamado “negro de direita”, Palmares negou a existência de racismo no Brasil, afirmou que a escravidão brasileira havia sido “benéfica para os descendentes [de escravizados] africanos”, desrespeitou as religiões afro-brasileiras e chamou o 20 de novembro, o Dia da Consciência Negra, como um feriado “vergonhoso”.

Embora as agressões a grupos marginalizados no Brasil não sejam um fenômeno novo, seu aumento aponta para a aquiescência de um governo que, ao negar a existência da desigualdade racial, permite que ocorram com impunidade.

CAPÍTULO 2: AMAZÔNIA, MEIO AMBIENTE E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

2.1 - Desmatamento e Impunidade

Ao longo do primeiro ano e meio do governo Biden-Harris, o governo brasileiro, sob o presidente Jair Bolsonaro, confirmou a previsão de muitos de que Bolsonaro não se tornaria um parceiro confiável para negociações voltadas a conservação ambiental. Até 2021, Bolsonaro continuou a apoiar a criminalidade ambiental no Brasil. Além disso, seu governo apenas radicalizou e acelerou sua agenda antiambiental e anti-direitos humanos antes das eleições deste ano. As taxas de desmatamento continuam atingindo números recordes, aumentando significativamente em comparação com o ano anterior à posse de Biden. Dado o estado de degradação ambiental no Brasil, o governo dos EUA deve, na medida do possível, buscar responsabilizar o governo federal brasileiro e tomar medidas para abordar o papel da política comercial, financeira e externa dos EUA no desmatamento e abusos de direitos no Brasil. O governo dos EUA precisa continuar seu trabalho na aplicação da Lei Lacey para lidar com as importações de madeira ilegal do Brasil. Além disso, como grande mercado para os minerais brasileiros, deve se opor às controversas propostas para permitir a mineração em terras indígenas.

No início do mandato de Biden, John Kerry, enviado climático de Biden, sinalizou grande interesse em promover um acordo voltado a conservação e teves negociações frequentes com o governo brasileiro que envolveram o então ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. A sociedade civil brasileira expressou grande preocupação de que um acordo, especialmente um que envolvesse envio de fundos ao Brasil para conservação, fosse desnecessário. Nos meses antes da cúpula climática de Biden em abril de 2021, 200 ONGs ambientais brasileiras, Indígenas, trabalhistas, de direitos civis, justiça racial e de gênero enviaram uma carta a Biden pedindo que ele evitasse negociações a portas fechadas com Bolsonaro.

Durante a cúpula do clima, Bolsonaro usou sua fala para pedir dinheiro pelas conquistas ambientais do Brasil, as quais ele tentou reverter agressivamente ao longo de seu tempo no poder. Na

mesma época, o governo brasileiro mudou as regras para a cobrança de multas ambientais.⁸ Mais de 400 funcionários do IBAMA enviaram uma carta aberta a Eduardo Bim, que chefiava o órgão na época, dizendo que as novas regras acabariam com fiscalizações ambientais.⁹

Após o discurso de Bolsonaro, John Kerry elogiou o compromisso do Brasil de combater o desmatamento ilegal até 2030. Dado o dismantelamento ativo por parte de Bolsonaro de sistemas que reprimem o desmatamento ilegal e os recursos não gastos para apoiar tal esforço, o elogio de Kerry não foi merecido.

Nenhum acordo entre Brasil e Estados Unidos que envolvesse financiamento em troca de conservação foi feito no ano passado. Enquanto isso, Bolsonaro e aliados do Congresso avançaram um conjunto de projetos de lei que alguns descrevem como tendo o potencial de “quebrar a Amazônia”, pois a região se aproxima de seu ponto de destruição total. Tal legislação no Congresso brasileiro teria o efeito de recompensar a grilagem de terras públicas (prática ligada a 1/3 do desmatamento na Amazônia), permitir a mineração a céu aberto em territórios Indígenas, acabar com o envolvimento público no licenciamento ambiental, reduzir o tamanho das terras dos Povos Indígenas e impedir a demarcação de reivindicações pendentes de demarcação de terras Indígenas. O projeto de grilagem de terras e o projeto de licenciamento ambiental passaram na Câmara dos Deputados por meio do regime de urgência, que limitava a participação pública. As organizações da sociedade civil brasileira estão se preparando para quando o projeto de grilagem de terras for apresentado no Senado brasileiro, pois estimulará o desmatamento em grande escala se for aprovado.

Meses após a cúpula, o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, renunciou após um inquérito do Supremo Tribunal Federal a respeito de uma possível interferência do mesmo em uma investigação da Polícia Federal brasileira sobre a extração ilegal de madeira na Amazônia. Eduardo Bim, presidente do IBAMA, também renunciou, mas retornou ao cargo 90 dias depois. Veículos de comunicação relataram que o adido do Serviço de Pesca e Vida Selvagem dos EUA em Brasília atuou como delator trabalhando com as autoridades brasileiras em investigações de madeira ilegal. Salles serviu como rosto e arquiteto do dismantelamento ambiental de Bolsonaro no Brasil.

Bolsonaro não compareceu à conferência climática da ONU em Glasgow. No entanto, Eduardo Leite, o novo ministro do Meio Ambiente do Brasil, esteve presente para promover uma ofensiva de relações públicas para tirar atenção das ações antiambientais do Brasil nos últimos dois anos e buscar

8 “Instrução Normativa Conjunta MMA/IBAMA/ICMBIO,” *Imprensa Nacional*, No. 1, 12 abril, 2021.

9 “Servidores do Ibama Denunciam Que Fiscalização Ambiental Está Paralisada Após Decisão De Salles,” *G1*, 20 abril, 2021, <https://g1.globo.com/natureza/noticia/2021/04/20/mais-de-400-servidores-do-ibama-denunciam-em-carta-estarem-com-as-atividades-de-fiscalizacao-ambiental-paralisadas.ghtml>.

parcerias para os mercados de crédito de carbono. Na conferência, a delegação brasileira vendeu sua agenda legislativa radical como uma solução, em contradição com relatórios científicos que mostram que a lei de grilagem de terra instigaria o aumento do desmatamento. Além disso, o governo brasileiro não divulgou seus números anuais de desmatamento antes ou durante as negociações climáticas anuais da ONU, como normalmente faz. Os números foram divulgados pouco depois, revelando um aumento chocante de 21% pelo sistema de monitoramento PRODES do Brasil. Antes de divulgar esses números, Leite havia dito que estava vendo o desmatamento diminuir. Nos alertas mensais de desmatamento subsequentes do DETER de fevereiro, houve um aumento de 62% em relação ao ano anterior, seguido por um recorde semelhante em janeiro.¹⁰ Tanto os EUA quanto o Brasil assinaram a Declaração dos Líderes de Glasgow sobre Florestas para acabar com o desmatamento junto com entidades do setor privado e outros governos. Não há razão para acreditar que tal promessa será cumprida. Muitos desses mesmos signatários quebraram compromissos relacionados às florestas e muitos continuam a buscar ações que apenas aumentariam o desmatamento.

Em 2021, ameaças e violência contra Povos Indígenas por garimpeiros ilegais aumentaram intensamente. O governo de Bolsonaro só reagiu quando foi forçado por uma ordem judicial e, ainda assim, atrapalhou as operações para remover os mineradores, tornando-as ineficazes. Os mineradores não pouparam esforços em suas atividades e planos, organizando uma flotilha no Rio Madeira. Bolsonaro e o agronegócio brasileiro também começaram a explorar a crise russo-ucraniana para justificar o uso de regras legislativas emergenciais que mudariam a constituição brasileira e abririam territórios Indígenas para mineração. O Brasil importa potássio da Bielorrússia e da Ucrânia e, sob o pretexto de garantir o fornecimento, Bolsonaro está promovendo essa mudança de política. Esse movimento colocaria em perigo um grande número de florestas nas terras de Povos Indígenas, que é equivalente a duas vezes o tamanho da Califórnia, de acordo com uma projeção. Analistas da Universidade de Minas Gerais descobriram que o Brasil tem oferta suficiente de potássio fora dessas terras para satisfazer a demanda. No entanto, a Câmara aprovou urgência neste projeto de lei e é provável que seja aprovado rapidamente.

No Dia da Terra de 2022, Biden anunciou decretos para combater o desmatamento por meio das aquisições do governo dos EUA de commodities agrícolas como carne, soja e óleo de palma ligados ao desmatamento ilegal ou recente. Lidar com as aquisições do governo dos EUA é um passo mínimo dentro do princípio de não causar danos que Biden pode acionar sem a aprovação do Congresso. O decreto apenas se compromete a estudar a questão e desenvolver um plano para reduzir ou eliminar tais compras, por isso é muito cedo para dizer se o plano resultante terá o escopo e o compromisso de causar um impacto real. Usar o poder de compra do governo dos EUA para atender à demanda global por uma agricultura com desmatamento zero é uma iniciativa bem-vinda, mas, há apenas dois anos, empresas de

¹⁰ David Biller, "Brazil Detects Record Amazon Deforestation in Jan. and Feb.," 11 março, 2022, <https://abcnews.go.com/International/wireStory/brazil-detects-record-amazon-deforestation-jan-feb-83390957>.

artigos de consumo e de trading de commodities descumpriram os compromissos de alcançar cadeias de produção com desmatamento zero em 2020.. Esses compromissos voluntários não serão suficientes por si só para combater o desmatamento se não atendermos à demanda geral por terra para agricultura que pressiona ecossistemas críticos. Para atender à demanda por terra, precisamos estabilizar e reduzir o consumo global de carne e não depender de biocombustíveis. Infelizmente, a agenda agrícola mais ampla de Biden está aumentando investimentos em biocombustíveis e continuando uma abordagem de negócios tradicional para a agricultura centrada em proteína animal.

Biden também anunciou que apoiaria uma gestão florestal mais sustentável no exterior para proteger as florestas. Infelizmente, a gestão sustentável de florestas é um termo muito amplo e, em lugares como a Amazônia brasileira, o setor madeireiro é uma caixa preta que ainda não pode garantir a rastreabilidade das compras de madeira. O manejo sustentável de florestas tem sido apresentado como uma alternativa ao desmatamento, mas, na prática, a atividade madeireira tem atuado como um catalisador do desmatamento, mesmo quando chamado de gestão sustentável das florestas.

A crescente taxa de desmatamento é um lembrete de que os Estados Unidos precisam fazer mais para lidar com seu próprio papel no desmatamento fora de suas fronteiras. No entanto, o governo dos EUA deve evitar soluções falsas que possam exacerbar a perda da natureza e causar mudanças climáticas descontroladas. Legisladores de Washington precisam ter cuidado com os frágeis mecanismos do mercado de compensação de carbono que ampliam o uso de combustíveis fósseis e são incapazes de garantir reduções reais de emissões, o respeito aos direitos humanos e mecanismos de responsabilização. Mesmo que os novos padrões tentem abordar o vazamento, adicionalidade e permanência de carbono, os projetos de compensação de carbono continuam a ser atormentados por dupla contagem e questões de eficácia. O Brasil também continuou a demonstrar sua capacidade de adotar perigosos caminhos de desenvolvimento como soluções. Em uma região no sul da Floresta Amazônica, constituída por porções dos estados do Amazonas, Acre e Rondônia, o agronegócio e outros interesses econômicos estão impulsionando planos para expandir projetos de infraestrutura de alto risco e estimular mais desmatamento, sob o pretexto de “desenvolvimento sustentável”.

2.2 - Direitos Indígenas Sob Ataque

Em 15 de março de 2022, o ministro da Justiça brasileiro, Anderson Torres, concedeu ao presidente Jair Bolsonaro e vinte e três outras pessoas (membros do gabinete, funcionários do governo e alguns cidadãos comuns) a Medalha do Mérito Indigenista em reconhecimento ao seu “serviço altruísta relacionado ao bem-estar, proteção e defesa das comunidades Indígenas” no Brasil.¹¹ Essa auto-distinção é profundamente cínica, já que o executivo trabalhou diligentemente para minar os Povos Indígenas e seus

¹¹Ver: *Diário Oficial da União*, Portaria MJSP, No. 47, 15 março, 2022.

interesses desde bem antes de sua campanha de 2017-18 para a presidência, quando Bolsonaro prometeu incorporar à força os Povos Indígenas na sociedade dominante e prometeu que “nem um centímetro” do território brasileiro seria demarcado como terra Indígena sob seu comando.¹² De fato, desde que assumiu o cargo em 2019, Bolsonaro e seu governo têm como objetivo não apenas impedir qualquer proteção adicional do território Indígena – uma promessa não cumprida da Constituição brasileira de 1988 – mas também dismantelar o frágil sistema de apoio institucional e as limitadas garantias legais que os povos nativos do Brasil e seus aliados trabalharam arduamente ao longo de décadas para criar e defender.

Com base em uma rede anti-Indígena enraizada, ampla e bem financiada, incluindo o lobby do agronegócio e suas partes interessadas no Congresso Nacional, os esforços do governo para sabotar o bem-estar de Povos Indígenas e, particularmente, os direitos à terra, têm alcançado níveis cada vez mais perigosos e potencialmente irreversíveis desde 2021. Entre estas novas e recicladas ameaças estão as principais iniciativas legislativas que atacam os direitos constitucionais dos Povos Indígenas e outras populações vulneráveis. Acelerado para aprovação pela Câmara em março de 2022,¹³ o PL 191/2020 legalizaria a pesquisa e mineração de recursos minerais e hidrocarbonetos e o desenvolvimento de energia hidrelétrica em terras Indígenas – todas estas sendo graves violações de direitos Indígenas que ocorrem há décadas, tanto de forma ilícita quanto por meio de caminhos “legais” tortuosos, mas que têm se expandido exponencialmente desde que Bolsonaro assumiu o cargo.

A segunda legislação fatal é o PL 490/2007, uma das muitas iniciativas apoiadas pelo governo Bolsonaro para limitar o prazo legal em que os povos Indígenas podem reivindicar uso exclusivo, proteção e demarcação de suas terras tradicionais.¹⁴ Essa proposta de lei, em debate no Congresso Nacional desde 2007, tem como base a teoria jurídica do *marco temporal*, que dita que apenas os Povos Indígenas que comprovem a ocupação de suas terras reivindicadas, ou que documentem uma disputa judicial oficial ou reivindicação material envolvendo essas terras a partir de 5 de outubro de 1988 (quando foi promulgada a Constituição Federal) podem apresentar um pedido legítimo de demarcação. Esse conceito, portanto, ignora três realidades importantes: 1) que muitos Povos Indígenas foram expulsos de suas terras ancestrais antes de outubro de 1988; 2) que antes de outubro de 1988, os Povos Indígenas eram tutelados do estado sem autonomia judicial para defender seus próprios interesses; e 3) que por conta de seu status de

¹² Ver: “Bolsonaro é acusado de racismo por frase em palestra na Hebraica,” *Veja*, 6 abril, 2017 e “What Brazil’s President, Jair Bolsonaro, Has Said About Indigenous People,” *Survival International*, n.d., <https://www.survivalinternational.org/articles/3540-Bolsonaro>.

¹³ Carol Siqueira and Eduardo Piovesan, “Câmara aprova urgência para projeto sobre mineração em terras indígenas,” *Agência Câmara de Notícias*, 9 março, 2022.

¹⁴ Ver: *Diário Oficial da União*. Portaria, No. 667, 9 fevereiro, 2022, <https://in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-667-de-9-de-fevereiro-de-2022-379226707>.

isolamento, mais de 100 comunidades Indígenas não teriam meios para demonstrar sua ocupação de territórios contestados.¹⁵

No final de agosto de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF) se reuniu para manter ou negar a teoria do marco temporal ao julgar um caso histórico (Recurso Extraordinário nº 1.017.365) envolvendo o Instituto Ambiental de Santa Catarina, a Fundação Nacional do Índio/FUNAI e o Povo Indígena Xokleng em relação ao Território Indígena Ibirama-Laklanõ, em Santa Catarina – terras contestadas há mais de um século e em disputa judicial há décadas.¹⁶ De crucial importância foi a decisão do STF na primeira fase do processo, em 2019, que pela Emenda Constitucional n. 45, a decisão abriria um precedente (“repercussões gerais”) para todos os casos de demarcação pendentes em todo o país (aproximadamente 300), bem como, potencialmente, todos os futuros casos de demarcação.¹⁷ É, portanto, crucial notar que a teoria jurídica do marco temporal ignora décadas de convenção jurídica brasileira e contraria completamente a Constituição de 1988, cujo artigo 231 afirma que: “Os Povos Indígenas são reconhecidos por sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e por seus direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam; e cabe à União demarcá-los e protegê-los e zelar pelo respeito a todos os seus bens.”¹⁸ Aqueles que se opõem ao marco temporal (incluindo alguns ministros do STF) endossaram uma teoria jurídica contrastante – a do indigenato – para argumentar que os direitos dos Povos Indígenas às terras tradicionais estão enraizados na legislação colonial e, portanto, anteriores ao próprio Estado. Em suas campanhas de autodefesa, muitas organizações Indígenas passaram, portanto, a abraçar e implantar o slogan: “Nossa história não começa em 1988”.¹⁹

Embora o STF tenha atrasado a decisão sobre o marco temporal, suspendendo sua decisão por tempo indeterminado em setembro de 2021 para estudar mais o caso, a ambiguidade legal deixou povos e terras Indígenas extremamente vulneráveis. O presidente Bolsonaro criticou abertamente o apoio antecipado do STF aos direitos territoriais de Povos Indígenas, declarando em várias ocasiões que aumentar a proteção aos territórios Indígenas significaria o “fim do Brasil”, insinuando que seu governo

¹⁵ Eloy Terena, “Indigenous Land Rights in Brazil: Strategies for Advocacy and Resistance,” Webinar, *USNDB*, 19 agosto, 2021. <https://www.youtube.com/watch?v=mYxvqBxurJQ&t=115>.

¹⁶ Supremo Tribunal Federal, <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1100850294/recurso-extraordinario-re-1017365-sc-0000168-2720094047214>.

¹⁷ A FUNAI identifica mais de 1.000 territórios Indígenas no Brasil, enquanto menos de 800 deles são oficialmente reconhecidos e menos de 500 concluíram as etapas finais da demarcação. Ver: “Muita terra para pouco índio?,” *Instituto Socioambiental*, 16 março, 2022, <https://terrasindigenas.org.br/en>.

¹⁸ *Constituição da República Federativa do Brasil*, http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm.

¹⁹ Ver: “Nossa história não começa em 1988,” *Instituto Socioambiental*, 3 agosto, 2017, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/nossa-historia-nao-comeca-em-1988-marco-temporal-nao>.

não respeitaria tal resultado.²⁰ Essa atitude, amplamente difundida pelos apoiadores do presidente, sugere, assim, erroneamente, que “a demarcação de terras Indígenas [é] benevolência política e não um direito constitucional”.²¹

Embora o pacote de danos sociopolíticos enfrentados pelos Povos Indígenas no Brasil seja vasto, variando de racismo virulento à desnutrição infantil, e de discriminação religiosa e linguística à falta de assistência médica adequada e depressão generalizada e suicídio, a maioria dessas graves dificuldades resulta direta ou indiretamente das implacáveis e contínuas violações da integridade física dos territórios Indígenas, onde o desmatamento sob o governo Bolsonaro aumentou 138%.²² Desde o início de 2021, essas violações corroeram a segurança e o bem-estar comunitário e individual entre as comunidades Indígenas em todo o país, incluindo os povos Yanomami e Mundurucu na Amazônia, que sofrem contaminação por mercúrio ao comer peixes de águas poluídas por mineração ilegal, por exemplo; aos Guarani Kaiowá, no Mato Grosso do Sul, cujas comunidades veem suas terras, moradias e casas de culto sob constante ataque de grandes agricultores apoiados pela polícia, incluindo a Polícia Militar.

Para os membros da comunidade internacional que se preocupam com os direitos humanos e o meio ambiente no Brasil, nas Américas e em todo o mundo, o futuro dessas lutas não poderia ser mais vital. A inter-relação entre o bem-estar Indígena e o bem-estar do mundo natural está bem documentada. Quase 14% do território brasileiro está atualmente demarcado como território Indígena e 98% dessa terra está na Amazônia. As terras Indígenas são barreiras ao desmatamento e armazenam grandes quantidades de carbono, apesar de terem sofrido e continuarem sofrendo várias formas de ataque. Um estudo de 2020 no *Proceedings of the National Academy of Sciences* mostrou uma “diferença de nove vezes na perda líquida de carbono fora das Terras Indígenas e Áreas Naturais Protegidas em comparação com o interior,”²³ números que corroboram não apenas a mensagem de instituições globais de ciência como o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), mas também o que os Povos Indígenas do Brasil e do mundo vêm nos dizendo desde que conseguiram fazer suas mensagens serem ouvidas.

Enquanto os povos nativos do Brasil se esforçam para resistir à lenta, mas constante devastação de suas comunidades, engajando-se em ativismo local, nacional e global, travando batalhas legais dentro e

²⁰Ver: Marcus Sabaru, “Máquina de moer história: sobre o marco temporal,” *APIB*, 16 março, 2022, <https://apiboficial.org/marco-temporal/>.

²¹Mariana Brazão, Lara Bartilotti Picanço, and Natália Tosi, “Interview with Eloy Terena, Indigenous Land Rights Activist in Brazil,” *Think Brazil*, 9 agosto, 2021, <https://www.wilsoncenter.org/blog-post/interview-elyo-terena-indigenous-land-rights-activist-brazil>.

²²Taina Aragao and Sandra Silva, “Desmatamento em terras indígenas,” *Instituto Socioambiental*, 22 dezembro, 2021, <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/desmatamento-em-terras-indigenas-cresceu-138-nos-ultimos-tres-anos>.

²³Wayne S. Walker et al. “The Role of Forest Conversion, Degradation, and Disturbance in the Carbon Dynamics of Amazon Indigenous Territories and Protected Areas,” *PNAS* 117, No. 6 (2020), <https://www.pnas.org/doi/10.1073/pnas.1913321117>.

fora do Brasil e empregando uma ampla variedade de mídias sociais,²⁴ o governo Bolsonaro trata os transgressores dos direitos Indígenas não apenas com impunidade, mas, como o recente anúncio da “Medalha do Mérito Indigenista” demonstrou, com louvor. Esse cinismo é ao mesmo tempo ultrajante e perigoso. O que acontecerá com os Povos Indígenas brasileiros nos próximos meses deveria ser de interesse de todos nós.

CAPÍTULO 3: QUESTÕES E DESAFIOS SOCIOECONÔMICOS

3.1 - Aumento do Desemprego e Diminuição dos Direitos dos Trabalhadores

Durante o governo pró-trabalhador e pró-sindical do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-10), seguido pelo governo progressista da presidente Dilma Rousseff (2011-16), o Brasil fez avanços sem precedentes na expansão do emprego no setor formal, fortalecendo direitos de sindicatos, reduzindo a desigualdade, tirando mais de 30 milhões de brasileiros da pobreza, reduzindo o trabalho infantil e forçado e aprimorando o trabalho decente. Com o impeachment e a destituição da presidente Dilma Rousseff em 2016, seguido pelo governo neoliberal de Michel Temer (2016-18), e culminando com o regime de extrema direita de Bolsonaro chegando ao poder em janeiro de 2019, o direito trabalhista brasileiro e suas garantias foram alvo de uma revisão completa, incluindo uma desconstrução total da organização sindical sustentável e da negociação coletiva.

Em menos de quatro meses em 2017, o governo Temer e o Congresso brasileiro de centro-direita impulsionaram a reforma trabalhista mais antitrabalhista e antissindical da história moderna do Brasil, rivalizando e até superando, em alguns aspectos, a repressão antitrabalhista da ditadura militar (1964-85).

O efeito combinado das medidas legislativas e judiciais desde 2017, que invalidam as contribuições obrigatórias dos trabalhadores brasileiros que arcam com os custos de sua representação em negociações coletivas, reduziu os orçamentos dos sindicatos brasileiros em quase 90%. O Brasil tornou-se, nos termos dos EUA, um regime total de “direito ao trabalho” ou “direito de trabalhar por menos”.²⁵

Ademais, a reforma de 2017 enfraquece as normas trabalhistas mínimas e perverte a negociação coletiva das seguintes maneiras: 1) os acordos coletivos têm prioridade legal sobre muitas garantias

²⁴Mundurukus recorrem a drones,” *Clima Info*, 3 fevereiro, 2022, <https://climainfo.org.br/2022/02/03/mundurukus-recorrem-a-drones-e-celulares-para-barrar-invasao-de-terras/>.

²⁵Ver: Ana Virginia, Moreira Gomes, and Stanley Arthur Gacek, “Trade Union Financing Law in Brazil and the United States – a Dangerous Convergence,” *On Labor*, Harvard Law School, 5 abril, 2020, <https://www.onlabor.org/trade-union-financing-law-in-brazil-and-the-united-states-a-dangerous-convergence/>.

legisladas, mesmo quando esses acordos são inferiores em termos de proteção ao trabalhador; 2) os acordos coletivos com empregadores individuais prevalecem legalmente sobre os acordos setoriais com empregadores múltiplos em nível municipal e regional, mesmo quando inferiores em termos de salários, benefícios e outros termos e condições; e 3) os acordos com trabalhadores individuais têm precedência legal sobre todos os acordos coletivos, ainda que inferiores, se o empregado tiver diploma universitário e receber salário mensal igual ou superior a duas vezes o valor do maior benefício mensal pago pelo sistema de segurança social. Centenas de milhares de trabalhadores brasileiros de classe média se enquadram nessa categoria.

Além disso, a reforma de 2017 isenta as demissões em massa das obrigações de negociação coletiva e permite a expansão do trabalho intermitente (contratos de hora zero). Também prevê que os trabalhadores autônomos nunca sejam considerados empregados diretos e, portanto, não podem receber as proteções legais formais dos empregados regulares (mesmo quando seu contrato for exclusivamente com um empregador). Finalmente, de acordo com legislação separada aprovada em 2017, todas as funções de uma empresa podem ser terceirizadas, potencialmente destruindo as estruturas de negociação coletiva estabelecidas.²⁶

O sonho ruim das reformas trabalhistas de 2017 se transformou em um verdadeiro pesadelo sob o governo de Jair Bolsonaro. Bolsonaro questionou publicamente a necessidade de dar continuidade à Justiça do Trabalho do Brasil, que, se eliminada, prejudicaria a estabilidade das relações trabalhistas para trabalhadores e empregadores. Ele também pede que os contratos individuais de trabalho tenham prioridade legal sobre todos os acordos coletivos, dando uma sentença de morte para a negociação coletiva. Ele defende a eliminação da multa por demissões sem justa causa (no valor de 40% do valor das verbas rescisórias a um empregado do FGTS). Estas drásticas e destrutivas medidas constam no relatório divulgado em 29 de novembro de 2021 pelo GAET (Grupo de Altos Estudos Sobre o Trabalho), comissão especial que Bolsonaro instituiu sem representação trabalhista e sindical.²⁷

Desde o início de seu governo, Bolsonaro causou estragos no papel regulatório e reparador das agências governamentais brasileiras dedicadas aos direitos trabalhistas, incluindo a erradicação do trabalho infantil e forçado. Em 2020, o governo Bolsonaro cortou em mais de 40% o financiamento destinado a monitorar o trabalho forçado e salvar as vítimas de tais práticas ilícitas, levando a um aumento das condições análogas à escravidão em todo o país.²⁸ Os casos de trabalho infantil também aumentaram

²⁶Ver: Joao Renda Leal Fernandes, *The 2017 Brazilian Labor Reform: A Brief Overview*, study presented at the *Brazil-Japan Litigation and Society Seminar: Courts and Dispute Resolution*, Shinshu University (Matsumoto, Nagano, Japan), January 2018; and Afonso de Paula Pinheiro Rocha and Ana Virginia Moreira Gomes, “The fallout from the 2017 labour reform in Brazil for the trade union movement,” *International Centre for Trade Union Rights (ICTUR)* 24, no. 4 (2017).

²⁷Remir-ABET, “Bolsonaro ensaia a “Reforma” insana, 21 dezembro, 2021, <https://outraspalavras.net>.

²⁸Ver: Thiago Reis, “Em ano de pandemia, verba para combate ao trabalho escravo encolhe mais de 40% e a menor dos últimos 10 anos”, 21 fevereiro, 2021, <https://g1.globo.com/economia/noticia/2021/02/21>.

mais de 270% em 2020 no início da pandemia da COVID e graças à capacidade de fiscalização drasticamente reduzida sob o presidente Bolsonaro.²⁹ Além disso, Bolsonaro e seus aliados no Congresso brasileiro estão tentando obter a aprovação de uma emenda constitucional para expandir o trabalho infantil no país, reduzindo a idade mínima de trabalho de 16 para 14 anos, mesmo com mais de 14 milhões de trabalhadores adultos atualmente desempregados.³⁰

A intenção de Bolsonaro de debilitar os sindicatos, acabar com a negociação coletiva e minar o trabalho decente não está gerando mais empregos, apesar de sua retórica durante a campanha presidencial de 2018 de que “você pode ter direitos ou empregos, mas não os dois”. De acordo com o mais recente relatório da Organização Internacional do Trabalho, a taxa oficial de desemprego no Brasil (que não inclui os milhões de trabalhadores que ficaram permanentemente desencorajados de participar do mercado de trabalho devido à escassez de emprego formal) atingiu uma alta de 11,9% em 2019, subiu para 14,4% em 2021 e continua em 13,6% no início de 2022. A taxa de desemprego atual e oficial se traduz para bem mais de 14 milhões de trabalhadores brasileiros, conforme observado acima. E não há expectativa de retorno da taxa ao patamar pré-pandemia em nenhum momento deste ano.³¹

3.2 - Pobreza e Insegurança Alimentar

Atualmente, uma das principais preocupações de política socioeconômica no Brasil é o combate à pobreza e à fome, que têm se agravado pela pandemia da COVID-19. Embora a pandemia global tenha contribuído para uma recessão e inflação global, as condições políticas e sociais no Brasil garantiram que o país sofresse mais severamente em comparação a outros países.

As declarações de Bolsonaro durante as comemorações do Dia da Independência do Brasil, aludindo a um golpe, seu confronto direto com outros poderes do governo, especialmente com o Judiciário, e sua insistência em questionar a justiça do processo eleitoral contribuíram para fermentar a

²⁹Ver: Mayara Oliveira, “Casos de trabalho infantil tem alta de 271% durante a pandemia,” 19 julho, 2020, <https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/casos-de-trabalho-infantil-tem-alta-de-271-durante-a-pandemia>; Vinicius Sassine, “Governo Bolsonaro desvia verba para fundos e esvazia fiscalizacao trabalhista,” November 7, 2021, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/governo-bolsonaro-desvia-verba-para-fundos-e-esvazia-fiscalizacao-trabalhista.shtml>.

³⁰Ver: Ana Flavia Gussen and Fabiola Mendonca, “Bolsonaristas tentam legalizar o trabalho infantil – e o governo dificulta a fiscalizacao,” *Carta Capital*, 20 novembro, 2021, <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/bolsonaristas-tentam-legalizar-o-trabalho-infantil-e-o-governo-dificulta-a-fiscalizacao/>.

³¹Ver: Jamil Chade, “OIT: desemprego no Brasil nao volatara ao patamar pre-pandemico em 2022,” *UOL* 17 janeiro, 2022, <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade/2022/01/17/governo-brasileiro-deixara-pais-em-2022-com-14-milhoes-de-desempregados.htm>.

instabilidade política.³² Esse cenário preocupante promoveu saída de capital estrangeiro e diminuição das receitas de exportação em dólares das empresas brasileiras, que têm preferido manter seu dinheiro no exterior em mercados mais seguros.³³ Como resultado, a inflação oficial no final de 2021 foi de 10,06%, o nível mais alto desde 2015.³⁴

A renda dos brasileiros não tem conseguido acompanhar o forte aumento da inflação. De acordo com a Fundação Getulio Vargas, cerca de 27,7 milhões de brasileiros vivem abaixo da linha da pobreza, com uma renda mensal de apenas R\$ 261 reais (equivalente a cerca de US\$ 50 dólares). Essa falta de renda fez com que mais da metade da população brasileira, cerca de 55,2%, sofresse de alguma forma de insegurança alimentar.³⁵ Cerca de 32 milhões de pessoas passam fome todos os dias e 65 milhões não ingerem a quantidade diária mínima necessária de calorias, comendo precariamente. A grande maioria das pessoas nessa condição está concentrada na região Nordeste, onde 23 milhões enfrentam insegurança alimentar leve, mais de 9 milhões experimentam um grau moderado de insegurança e outros 7 milhões vivem com insegurança alimentar grave. Estima-se que desses nordestinos, 57% sejam mulheres, em sua maioria negras, mães solteiras, autônomas, trabalhadoras informais ou desempregadas.³⁶

Para agravar a questão, commodities agrícolas – milho, açúcar, carne, café, trigo – são anexadas em dólares, então, sempre que o dólar sobe, seu preço em reais também sobe. A desvalorização do real também estimula os produtores a exportarem suas mercadorias em vez de vendê-las para o mercado interno, reduzindo a oferta. Assim, os preços dos alimentos aumentaram em média 14,66% nos últimos 12 meses (IBGE), com destaque para o preço da cana (47%), óleo de cozinha (32%), café (50%) e carnes (25%).³⁷ A situação é tão precária que os supermercados do Nordeste já estão vendendo ossos que antes eram descartados,³⁸ e até mesmo fazendo uma distinção entre a qualidade dos ossos: ossos do tipo “1ª categoria”, “2ª categoria” e “3ª categoria”, com preço variando de R\$ 24,99 a R\$ 2,50 reais o quilo.

³² Davi Medieros, “Flavio Bolsonaro admite que o pai foi aconselhado a dar um golpe,” 17 dezembro, 2021, <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral,flavio-bolsonaro-jair-golpe-7-setembro-entrevista,70003929115>.

³³ Volta Do Brasil Ao Mapa Da Fome é Retrocesso Inédito Diz Economista.” Folha De S. Paulo, 23 janeiro. 2022., <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/01/volta-do-brasil-ao-mapa-da-fome-e-retrocesso-inedito-no-mundo-diz-economista.shtml?origin=folha>

³⁴ “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),” IBGE.

³⁵ (PNAD and POF (IBGE) and Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 da Rede Penssan)

³⁶ See: “Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil”, March 2021, http://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf

³⁷ “Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA),” IBGE.

³⁸ “Ossos de Primeira e de Segunda São Vendidos em Fortaleza”, Folha de S. Paulo, 4 novembro, 2021, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/11/ossos-de-primeira-e-de-segunda-sao-vendidos-em-fortaleza.shtml>

É importante destacar que nem todos os brasileiros estão vivenciando esse cenário da mesma forma. Em 2021, cerca de 38% da população negra estava abaixo da linha da pobreza, em comparação com 19% dos brancos, e cerca de 12% da população afrodescendente experimentou pobreza extrema, em comparação com cerca de 5% dos brancos.³⁹ Mesmo entre aqueles que estavam empregados, há uma diferença racial significativa: os brancos que estavam empregados tinham uma renda mensal 73% maior do que a renda dos não brancos em 2020⁴⁰ — R\$ 3.056 em comparação a R\$ 1.764. As mulheres são particularmente mais vulneráveis. Na ausência de benefícios sociais, a taxa nacional de mulheres pretas e pardas em situação de pobreza em 2021 chegou a 42,4% segundo o IBGE.

Sem expectativas de controle da insegurança alimentar no curto prazo, a dieta brasileira segue um caminho preocupante. Os altos preços dos alimentos estão causando desnutrição, fome e vários outros desafios de saúde relacionados nas comunidades mais pobres.⁴¹ Os altos preços dos alimentos também estão deixando as comunidades presas em um ciclo vicioso de fome, saúde precária e pobreza. Há aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e diminuição de alimentos frescos, principalmente na mesa das famílias de baixa renda. O consumo excessivo de alimentos processados está associado ao aumento de problemas como obesidade, má nutrição, diabetes, hipertensão, câncer e até depressão.

A insegurança alimentar também pode impactar o desenvolvimento cognitivo, principalmente em crianças, e pode forçar alunos a deixarem a escola precocemente para buscar trabalho informal para ajudar a sustentar suas famílias. Essa situação não afeta apenas as habilidades de aprendizagem dos alunos, mas pode contribuir para o aumento das taxas de evasão, que coincidentemente aumentaram no último ano para os alunos de baixa renda no ensino médio. De particular preocupação é a redução de 77,4% no número de potenciais estudantes universitários não brancos de baixa renda que se matricularam no exame nacional de admissão à universidade este ano.⁴²

De modo geral, a situação atual no Brasil é de um retrocesso sem precedentes para um país que, sob os governos dos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, conseguiu tirar o Brasil do Mapa da Fome da ONU e deu passos importantes na redução da pobreza por meio de iniciativas sociais como o Bolsa Família e Minha casa, Minha vida. O atual governo desmantelou as políticas de proteção social ao

³⁹ Luiza Nassif-Pires, Luísa Cardoso, and Ana Luíza Matos de Oliveira, “Gênero e raça em evidência durante a pandemia no Brasil: o impacto do Auxílio Emergencial na pobreza e extrema pobreza,” *Made USP*, n.d., <https://madeusp.com.br/publicacoes/artigos/genero-e-raca-em-evidencia-durante-a-pandemia-no-brasil-o-impacto-do-auxilio-emergencial-na-pobreza-e-extrema-pobreza/>.

⁴⁰ João José Oliveira, “Brasil sai da pandemia mais desigual, e vai piorar, dizem economistas,” *UOL*, 19 fevereiro, 2022, <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/19/brasil-sai-da-pandemia-mais-desigual-e-quadro-vai-piorar-dizem-economistas.htm>

⁴¹ Saroj Pathirana, “Por que preços de alimentos sobem tanto,” *BBC News*, 19 outubro, 2021,

⁴² João José Oliveira, “Brasil sai da pandemia mais desigual, e vai piorar, dizem economistas,” *UOL*, 19 fevereiro, 2022, <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/02/19/brasil-sai-da-pandemia-mais-desigual-e-quadro-vai-piorar-dizem-economistas.htm>.

cortar gastos nas áreas social, cultural e trabalhistas.⁴³ Em vez de expandir e melhorar o Bolsa Família, um programa de transferência de renda condicional bem estabelecido para famílias de baixa renda e introduzido há quase duas décadas pelo Partido dos Trabalhadores, o atual governo encerrou o programa este ano. Em seu lugar, introduziu um novo programa social, o Auxílio Brasil, cheio de incertezas, problemas estruturais e limitações para fornecer apoio financeiro aos brasileiros que mais precisam.

Caso seja reeleito, o governo Bolsonaro seguirá promovendo medidas que visam minar os avanços dos governos anteriores. Para que o Brasil se torne um país mais igualitário e justo, deve-se eleger um presidente comprometido a apoiar políticas socioeconômicas, um presidente que tenha um histórico comprovado de redução da pobreza e que garanta que os brasileiros não vão dormir com fome todas as noites.

CAPÍTULO 4: O PAPEL DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

O Brasil conta com uma sociedade civil organizada com longa tradição na defesa de direitos socioeconômicos e ambientais. Ao longo dos últimos 30 anos espaços de participação institucional, mecanismos de transparência e marcos regulatórios do setor foram implementados, permitindo uma maior participação popular nos processos decisórios do poder público. Essa participação foi fundamental para a criação e o aprimoramento de políticas públicas e para o enraizamento da democracia brasileira e legou, em consequência, a melhora de praticamente todos os indicadores de desenvolvimento nacional. Estabilizamos a economia, aumentamos os índices de desenvolvimento humano e reduzimos as taxas de desmatamento. Tudo isso foi possível graças a uma imprensa livre e atuante, ao fortalecimento das organizações não governamentais, à adoção de mecanismos de transparência de dados públicos e ao fortalecimento das instituições de Estado, que os governos civis implementaram, com o apoio direto e indireto da sociedade civil organizada.

Esse processo, no entanto, passou por um revés com a posse de Jair Bolsonaro, eleito com um projeto abertamente antidemocrático. Os últimos três anos foram marcados pelo fechamento dos espaços cívicos, pela degradação dos sistemas de freios e contrapesos, pelo silenciamento de vozes dissonantes de oposição e pelo aparelhamento das instituições de Estado. Diante desse cenário, as organizações sociais passaram a direcionar, em grande medida, seus esforços para impedir o

⁴³ Thiago Resende and Danielle Brant, "Bolsonaro cuts government spending in social, cultural, and labor areas," *UOL*, 26 dezembro, 2019, <https://www1.folha.uol.com.br/internacional/en/brazil/2019/12/bolsonaro-cuts-government-spending-in-social-culture-and-labor-areas.shtml>

recrudescimento democrático no país. Para além das suas respectivas agendas, as organizações sociais passaram a lutar também para garantir as condições mínimas de existência e de atuação. Em meio a constantes e gravíssimos ataques, as urgências e emergências passaram a pautar em grande medida a atuação das entidades. A capacidade de sonhar, propor e reoxigenar a arena pública, tão característica da sociedade civil brasileira, vem sendo sufocada por um governo que necessita do caos para governar.

Apesar desse cenário sombrio, a sociedade civil tem demonstrado uma enorme capacidade de resiliência e inventividade e segue firme na defesa da democracia e dos direitos fundamentais. Após três anos de governo Bolsonaro, diversas campanhas, coalizões, frentes e redes de ação conjunta se formaram, reunindo uma miríade de entidades, muito diversas entre si, mas congregadas no objetivo de defender a nossa democracia, colocando as diferenças de lado e compreendendo a importância do momento histórico dramático que estamos vivendo. Em 2021, essas diversas frentes cerraram fileiras quando, por exemplo, Bolsonaro ensaiou um golpe de Estado, ou quando colocou tanques de guerra diante do Congresso Nacional para constranger os deputados a votar um projeto para fragilizar o sistema eleitoral. Foi graças ao trabalho da sociedade civil organizada que a Lei de Segurança Nacional, entulho autoritário da ditadura militar e principal mecanismo de perseguição política do presidente, foi extinta e os crimes contra a democracia tipificados. A sociedade civil esteve presente também quando a base governista tentou criminalizar movimentos sociais, ou comprar ferramentas ilegais de espionagem. Ela segue resistindo ainda às tentativas de criar milícias ideológicas fortemente armadas e sai em defesa sempre que jornalistas e ativistas são atacados.

Em 2021, Arthur Lira foi eleito presidente da Câmara dos Deputados e Ciro Nogueira nomeado como ministro chefe da Casa Civil. Ambos são aliados do presidente Bolsonaro e líderes do “Centrão”, grupo político fisiológico, com ampla representação no Congresso Nacional. Com essa mudança, a agenda legislativa do governo ganhou amplo apoio. Ao assumir a presidência, Lira acabou com mecanismos de obstrução da oposição e com instâncias de debate de projetos, como as Comissões Especiais. Ele vem tentando fazer ainda mudanças no regimento interno da Casa para centralizar o poder em suas mãos. A sociedade civil vem trabalhando desde então para impedir que o rito legislativo se torne a expressão unilateral das vontades do presidente da Câmara e, portanto, do presidente da República. Lira tentou ainda impor, sem diálogo, participação ou tempo para debate, a maior reforma do sistema eleitoral da história recente do país. O projeto enfraquecia ainda mais a já escassa diversidade na representação política nacional e os mecanismos de fiscalização e controle do sistema político. A medida só não foi aprovada em tempo para valer para as eleições de 2022 por causa do intenso trabalho realizado pela sociedade civil.

É nesse contexto de beligerância política, fechamento dos espaços cívicos e opacidade dos processos políticos, que as organizações sociais brasileiras precisaram atuar ao longo de 2021. Foi um ano combatendo o enfraquecimento do Estatuto do Desarmamento, o excludente de ilicitude em operações policiais, a dissolução de territórios indígenas, a exploração predatória do meio ambiente, o uso

indiscriminado de agrotóxicos, dentre tantas outras. Foi um ano também, em que a sociedade brasileira precisou ir na contramão do governo e promover ações de combate à pandemia. Campanhas de doação de alimentos e materiais de higiene, de incentivo ao uso de máscaras, promoção do distanciamento social, compra de cilindros de oxigênio para hospitais sobrecarregados, distribuição de planos móveis de internet para alunos da rede pública poderem seguir estudando foram algumas das ações realizadas sem nenhum apoio, quando não sofrendo boicotes do governo federal, que adotou uma postura negacionista sobre a pandemia, indo de encontro a todas as orientações científicas nacionais e internacionais.

Os novos desafios que se apresentam no horizonte diante do processo eleitoral deste ano oferecem um momento chave para conter o processo de erosão democrática e afirmar a democracia como valor central para o desenvolvimento do Brasil. Grupos da sociedade civil e movimentos sociais do país estão na vanguarda dessa luta e os EUA e outros governos devem trabalhar para garantir que esses grupos sejam consultados e integrados no processo de elaboração de políticas para o Brasil.

